

Ac. 00362.017/99-9 RO – 2ª Turma, relatora juíza Ione Salin Gonçalves – DOE-RS: 12.11.2001

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL. ADEQUAÇÃO. A regra geral é que a competência originária para o conhecimento de qualquer demanda pertence ao Juízo de primeiro grau, somente deixando de sê-lo, quando houver norma legal dispondo de modo diverso. A ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho é um meio processual adequado para a pretensão de que a reclamada se abstenha da prática de prorrogar a jornada de trabalho de seus empregados por mais de duas horas diárias. **Incabível a exigência de que primeiro seja proposta ação de anulação da norma coletiva** que, em tese, ampara as jornadas de trabalho adotadas pela empresa. **O juiz pode e deve no caso concreto examinar a aplicabilidade da norma coletiva e deixar de aplicá-la, na hipótese de considerar que há violação de lei ou de princípio do Direito do Trabalho.**